

28 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Governo não deve mais mexer no repasse aos poderes

LDO de 2017 começa a ser discutida hoje na Comissão de Orçamento da AL; tendência é que proposta de reduzir percentual ao TJ, ao MP e ao TC seja descartada

O próprio líder do governo, Luiz Cláudio Romanelli (PSB), propôs o retorno do Fundo de Participação dos Estados na base de cálculo do percentual obrigatório a ser repassado aos poderes

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba – A Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná deve conhecer hoje, às 11h30, o substitutivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017, que define de maneira genérica os recursos a serem empenhados pela administração estadual no ano seguinte. A principal polêmica diz respeito ao repasse aos demais poderes. Na primeira versão do texto, encaminhada em abril, o governador Beto Richa (PSDB) retirou o Fundo de Participação dos Estados (FPE) da base de cálculo do percentual obrigatório a ser repassado ao Tribunal de Justiça (TJ), ao Tribunal de Contas (TC), ao Ministério Público (MP) e à própria AL, o que, na prática, significaria uma economia de R\$ 459 milhões aos cofres públicos. Segundo deputados ouvidos pela FOLHA, porém, diante da pressão de representantes das instituições e dos próprios parlamentares, o tucano teria voltado atrás.

Desde 2010, quando ocorreu a última mudança na legislação, o parlamento recebe 3,1% das verbas do Executivo. Ou seja, sem o FPE, deixaria de ficar com R\$ 76,5 milhões. Já o TJ, a quem cabe 9,5% do bolo, perderia R\$ 234,4 milhões, enquanto o TC, que ganha 1,9%, ficaria com R\$ 46,9 milhões e o MP (4,1%) perderia R\$ 101,2 milhões. Os valores são uma estimativa, baseada no montante do FPE que foi destinado ao Paraná em 2016, isto é, R\$ 2,5 bilhões. Ao anunciar a proposta de corte, há dois meses, o chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni (PSDB), disse que os ajustes tinham como objetivo garantir mais atenção a áreas prioritárias, como segurança, saúde e educação. Conforme o regimento interno da AL, os membros da Casa só podem entrar em recesso, no dia 17 de julho, após a aprovação da LDO pelo plenário.

“Os senhores deputados não têm o desejo de fazer qualquer tipo de alteração (no modelo de repasses)”, adiantou o presidente da AL, Ademar Traiano. De acordo

com ele, a Assembleia costuma devolver dinheiro ao governo, motivo pelo qual não teria dificuldade. “Mas é claro que, como poder, não posso tomar uma decisão isolada. Qualquer construção nesse sentido tem que acontecer no entendimento. E os deputados entendem que, uma vez tendo adquirido esse direito, os demais poderes teriam dificuldade em se colocar contrariamente”. O relator da LDO, Elio Rusch (DEM), confirmou que recebeu uma série de emendas relativas ao FPE, entretanto, preferiu não adiantar como ficará o texto. “Ninguém quer perder receita. Por outro lado, atravessamos uma fase difícil e o Paraná não é uma ilha. Com toda a certeza, vamos fazer uma LDO que possa contemplar a todos”, desistiu.

CONTINUA

28 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

DIVERGÊNCIAS

Uma das emendas que propõem o retorno do fundo foi apresentada pelo próprio líder de Beto na AL, Luiz Cláudio Romanelli (PSB). “Falo isso como parlamentar. Como líder, eu sigo a orientação do governo”, justificou. “Essa medida extrema de retirar da base de cálculo o FPE faria com que houvesse uma interrupção na prestação dos serviços jurisdicionais. Nos últimos cinco anos, o Tribunal e o Ministério Público contrataram servidores, que são concursados, e não há como você subtrair parcela do orçamento que é de despesa continuada”.

Para o líder da oposição, Requião Filho (PMDB), a base de cálculo nunca deveria ter sido repartida entre os poderes. “Prejudica o Estado e prejudica os municípios do Paraná. O FPE só é dividido em alguns Estados com o Poder Judiciário, o MP e a Assembleia. Isso foi um erro que aconteceu em 2010 e agora parece que virou moeda de troca. Se o governador falasse sério - ele tem a maioria aqui na Assembleia -, retirava”, alfinetou.

28 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

TJ reduz pena de Vanda Pepiliasco

Viviani Costa

Reportagem Local

A Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná reduziu a pena da artista plástica Vanda Pepiliasco de 8 anos e 6 meses para 8 anos e 4 meses de prisão em regime fechado. Vanda foi condenada no Tribunal do Júri em maio do ano passado pela morte da empregada doméstica Cleonice de Fátima Rosa. O crime ocorreu em julho de 1993.

O advogado de defesa, Walter Bittar, informou que recorreu da decisão. “É uma decisão que sou obrigado a respeitar, mas não concordo. Já apresentei um embargo no TJPR e devo recorrer ao STJ nesta semana”, destacou. Bittar pede a nulidade do júri e uma nova redução da pena.

Vanda Pepiliasco foi acusada pelo Ministério Público por homicídio duplamente qualificado e foi condenada por homicídio simples. De acordo com o Tribunal de Justiça, o prazo para a apresentação da defesa vence em 5 de julho. Após análise, o caso segue para o Ministério Público.

28 JUN 2016

GAZETA DO POVO

● JUDICIÁRIO

TJ estuda criar mais uma Câmara Cível

Katia Brembatti

● O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) discute a possibilidade de criar mais uma Câmara Cível. O assunto foi apresentado na reunião de ontem do Órgão Especial — colegiado formado por 25 magistrados —, mas a decisão foi adiada para depois do dia 11 de julho, para ser realizada em conjunto com a discussão sobre o próprio tamanho do Órgão Especial. O argumento para a criação de mais uma estrutura para o julgamento de recursos é a sobrecarga de processos na 11.^a e na 12.^a Câmaras Cíveis, que analisaram, cada uma, mais de 8 mil ações no ano passado.

A subseção Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) contestou a intenção de criar a câmara, alegando que é preciso destinar os recursos do tribunal para suprir as carências da primeira instância — uma vez que faltam juízes e estrutura nas comarcas do interior.

O presidente do TJ-PR, Paulo Vasconcelos, afirma que aumentar o número de câmaras cíveis — atualmente são 18 — é uma proposta antiga, já inclusive autorizada em lei. Segundo ele, a intenção é dar vazão ao grande número de processos.

Instituir uma nova câmara implicaria a criação de mais cinco vagas de desembargador — hoje são 120 no tribunal — e também custos adicionais para a contratação de assessores e demais funcionários. A estimativa é de que o custo mensal ficaria em R\$ 500 mil — aproximadamente R\$ 6 milhões ao ano.

Em reunião com representantes e o presidente da OAB-PR, José Augusto Araújo de Noronha, na manhã de ontem, Vasconcelos se comprometeu a resolver tanto questões de primeira quanto de segunda instância. Ele conta que foi informado, durante a reunião, que faltavam juízes para as comarcas de Catanduva, Curiúva e Palmital e que pediu a nomeação imediata de magistrados para essas cidades.



Tribunal de Justiça do PR alega sobrecarga em Câmaras Cíveis.

R\$ 6 MILHÕES

É o custo anual estimado para a implantação de uma nova Câmara Cível.

Redução do Órgão Especial do Tribunal será debatida em julho

● Está marcado para a sessão do Pleno — com todos os 120 desembargadores — no dia 11 de julho, o debate sobre a possibilidade de redução no número de integrantes do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná — colegiado atualmente formado por 25 magistrados e que toma algumas das decisões mais importantes do Judiciário paranaense. Em sessão na tarde de ontem, os desembargadores foram informados sobre a reunião e resolveram adiar a proposta de criação de mais uma Câmara Cível, com o argumento de que as situações estão entrelaçadas e que é preciso decidir primeiramente sobre a composição do Órgão Especial.

A discussão sobre a redução do colegiado foi possível graças à aprovação de uma emenda constitucional pela Assembleia Legislativa, em abril. A mudança da legislação estabelece que a formação do Órgão Especial pode variar entre 11 a 25 desembargadores. É o colegiado que decide, entre outros atributos, a abertura de ações criminais contra prefeitos, secretários e deputados estaduais.

A Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) se posicionou contrária à possibilidade de redução de integrantes no Órgão Especial.

GAZETA DO POVO

Sínteses 28 JUN 2016

BOLSONARO E O STF

ROOSEVELT ARRAES

A imunidade não é o direito de dizer tudo

O deputado federal Jair Bolsonaro foi denunciado pelo Ministério Público Federal ao STF, acusado de incitação à prática de crime (art. 286 do CP), em razão dos seguintes dizeres: “Ela [a deputada federal Maria do Rosário] não merece [ser estuprada] porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar, porque não merece”.

Segundo o MPF, ao afirmar o estupro como prática possível, só obstado porque a deputada seria “muito feia”, Bolsonaro teria abalado a sensação de segurança, garantida a todas as mulheres, de não serem vítimas de estupro porque tal prática é coibida pela legislação. O MPF também narra que, após o ocorrido, a parlamentar passou a receber várias mensagens de que poderia ser vítima de estupro.

Em sua manifestação inicial, Bolsonaro disse estar protegido pela imunidade parlamentar prevista no artigo 53 da Constituição, porque teria feito tais afirmações no exercício de suas funções parlamentares, referindo-se a fatos ocorridos no Plenário da casa legislativa. Argumentou, também, que sua explicação à imprensa se deu no interior de seu gabinete na Câmara dos Deputados, afirmando em sua defesa que “a liberdade de opiniões dos parlamentares, por sua condição de representantes de segmentos do povo, tem de ser garantida pelo Poder Judiciário, sob pena de se inibir aqueles que têm pensamentos diferentes de quem lhes vai julgar”. O dispositivo cons-

titucional invocado pelo congressista assim dispõe: “Os deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”.

A imunidade, embora seja a regra, não é absoluta. Ou seja, a expressão “por quaisquer” opiniões, inscrita no dispositivo constitucional, diz respeito ao exercício da função parlamentar. Logo, expressões que extrapolam tal finalidade e que foram veiculadas para a imprensa (portanto, para além do espaço da Câmara) podem ensejar a responsabilização cível e criminal de quem as produziu.

Portanto, é acertada a conclusão do ministro Luiz Fux, no sentido de que as declarações do deputado não têm “teor minimamente político”, tampouco referem-se a interesses a serem representados democraticamente. Ademais, o ato de o congressista declarar quem “faz seu tipo” e por que razões não é pertinente à sua obrigação parlamentar. Logo, não há de se falar em imunidade.

É igualmente relevante o argumento de que, ao menos em tese, o vocábulo “merece” indica que o homem estaria na posição (superior) de avaliar qual mulher poderia (e mereceria) ser estuprada (sofrer violência), o que manifesta desprezo à dignidade humana.

“A imunidade parlamentar, embora seja a regra, não é absoluta”

Fux destaca, por fim, a possibilidade de tal postura encorajar a prática do crime de estupro. Ainda que tal assertiva seja polêmica, importa perceber a ofensividade da conduta em relação ao desrespeito às mulheres, o que pode ocorrer não só com a violência física, mas também com a incitação à degradação e a inferiorização moral (agressão à honra, à autoestima etc.), sobretudo porque os comentários do deputado não têm relação com a discussão pública.

Por enquanto, Bolsonaro é presumido inocente e poderá exercer as garantias constitucionais inerentes ao Estado Democrático de Direito, esclarecendo seus dizeres.

Roosevelt Arraes, advogado, é professor do curso de Direito do Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba).

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

TAIGUARA FERNANDES DE SOUSA

28 JUN 2016

Supremo casuísmo

A Constituição da República Federativa do Brasil diz o seguinte, no artigo 53: “Os deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”.

Em sua jurisprudência sobre este artigo, o STF afirma que “O ‘manto protetor’ da imunidade alcança quaisquer meios que venham a ser empregados para propagar palavras e opiniões dos parlamentares”, inclusive “manifestações em meios de comunicação social e em redes sociais” (AO 2.002, julgada em fevereiro de 2006 e que teve como relator o ministro Gilmar Mendes). Sobre a troca de ofensas entre parlamentares, o Supremo diz que para “parlamentares em posição de antagonismo ideológico” há uma “presunção de ligação de ofensas ao exercício das ‘atividades políticas’ de seu prolator, que as desempenha ‘vestido de seu mandato parlamentar; logo, sob o manto da imunidade constitucional’” (também da AO 2.002).

Sobre declarações dadas à imprensa, o STF afirma que “a cláusula de inviolabilidade constitucional [...] também abrange, sob seu manto protetor, as entrevistas jornalísticas”, que são “natural projeção do exercício das atividades parlamentares” (Inq 2.332-AgR, que teve como relator Celso de Mello, com julgamento em fevereiro de 2011).

A única hipótese em que as palavras do parlamentar não estão acobertadas pela imunidade é no caso de não estarem relacionadas ao exercício de seu mandato, como no caso do parlamentar que é também jornalista e profere injúrias exclusivamente enquanto jornalista (Inq 2.134, que teve como relator Joaquim Barbosa, com julgamento em março de 2006).

O caso do deputado Jair Bolsonaro, cuja denúncia foi recebida pela 1.ª Turma do STF, foi um ponto fora da curva em comparação com tudo que o Supremo dissera

antes sobre o tema. Segundo notícia veiculada no site do STF, “O relator, ministro Luiz Fux, entendeu que as declarações do deputado Bolsonaro não têm relação com o exercício do mandato. ‘O conteúdo não guarda qualquer relação com a função de deputado, portanto não incide a imunidade prevista na Constituição Federal’, disse. Ele acrescentou que, apesar de o Supremo ter entendimento sobre a impossibilidade de responsabilização do parlamentar quanto às palavras proferidas na Câmara dos Deputados, as declarações foram veiculadas também em veículo de imprensa, não incidindo, assim, a imunidade”.

Mas a jurisprudência do Supremo afirma, como vimos, que a imunidade resguarda as palavras dos parlamentares inclusive em entrevistas. Por que para Bolsonaro o STF disse exatamente o contrário, isto é, que as declarações não estão protegidas porque foram veiculadas “também em veículo de imprensa” (reconhecendo, no “também”, que antes elas foram ditas na tribuna da Câmara, no pleno exercício do mandato)?

Da mesma forma, já vimos que o Supremo tem jurisprudência segundo a qual ofensas trocadas entre parlamentares em posição de antagonismo estão acobertadas pelo manto da imunidade, pois frutos da atividade política. Por que, então, o STF afirma agora que a reação de Bolsonaro à calúnia de Maria do Rosário — que lhe chamou de “estuprador” primeiro — não possui, segundo o relator Luiz Fux, “teor minimamente político” e, por isso, não estaria acobertada pela imunidade?

“O STF não quis nem sequer esconder o casuísmo de sua decisão”

CONTINUA

28 JUN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Bolsonaro falou enquanto deputado, na tribuna da Câmara, e deu entrevistas enquanto parlamentar. Não incide, no caso, a única exceção possível à imunidade (o desempenho de outra atividade).

Dois pesos e duas medidas. O STF não quis nem sequer esconder o casuísmo de sua decisão e o desejo inconfessável de, com ela, atingir pessoalmente a Jair Bolsonaro.

Taiguara Fernandes de Sousa
é advogado e jornalista.

28 JUN 2016

GAZETA DO POVO

• CONTRA A CORRUPÇÃO

ONG Transparência Internacional propõe globalizar a Operação Lava Jato

Katna Baran

ENTREVISTA

JOSÉ CARLOS UGAZ, presidente da ONG Transparência Internacional.

“Apesar de a corrupção ser sistêmica e estrutural, o Brasil mostrou ser capaz de levar adiante uma investigação de forma profissional e eficiente.”

Em sua primeira visita ao Brasil, o presidente da ONG Transparência Internacional, o peruano José Carlos Ugaz, fez questão de “bater cartão” em Curitiba e se encontrar com o juiz federal Sergio Moro e procuradores da força-tarefa da Lava Jato. O objetivo da viagem, que vai continuar por Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, é propor uma estrutura de combate à corrupção no país e debater a “internacionalização” da operação. “É um caso que transcende as fronteiras do Brasil”, destacou. Em entrevista à *Gazeta do Povo*, ele destaca a importância do desenvolvimento de ferramentas de transparência e fiscalização pelos países. “A transparência é requisito fundamental para se ter acesso a informações, para se tomar decisões adequadas, e para se evitar casos de corrupção”, disse ele, que é professor de Direito Penal e foi procurador do caso que levou o ex-presidente peruano Alberto Fujimori à prisão pela morte de 25 pessoas e diversos sequestros.

Há semelhança entre os casos de corrupção no Brasil e no restante da América Latina. E o combate à corrupção é similar entre os países?

Creio que estamos passando por um momento muito importante e interessante na região, porque há esforços anticorrupção que estão tomando corpo, mas os modelos são diferentes. O modelo que representa o caso brasileiro é muito distinto do que o que se está aplicando na Guatemala, onde foi necessário formar uma comissão internacional, proposta pelas Nações Unidas, com uma equipe de investigadores estrangeiros. Perceberam que não era possível

romper com a impunidade tradicional na Guatemala e fazer avançar as investigações de grandes casos de corrupção somente no país, visto que o presidente e a vice-presidente estão envolvidos. Esse é um modelo extremo, em que há uma intervenção externa para se tentar romper a tradicional impunidade no país. O caso brasileiro é distinto porque, com os próprios recursos nacionais e profissionais, foi possível começar um processo anticorrupção que há poucos anos não se imaginava efetivar dessa maneira, levando em consideração que muitos dos atores principais desse caso são pessoas com uma quantidade de poder econômico e/ou político muito significativos. Isso demonstra que, apesar de a corrupção ser sistêmica e estrutural, há nas instituições uma reserva moral e uma capacidade profissional que as torna capazes de levantar isso e levar adiante uma investigação de forma profissional e eficiente.

CONTINUA

O intercâmbio internacional de dinheiro é uma dificuldade do combate à corrupção?

Para se ter um trabalho eficaz de investigação da corrupção, uma das regras principais é seguir o dinheiro. Efetivamente, saber o que passou, como passou, e onde são produzidas as consequências do delito, é uma estratégia clara no combate à corrupção. Mas isso nem sempre é fácil, porque o dinheiro não se queima e as lavagens de dinheiro são cada vez mais sofisticadas. Acabamos de ver o que ocorreu com as informações do Panama Papers. Empresas offshores em paraísos financeiros evidentemente dificultam esse tipo de investigação. Por isso estamos há dois anos em uma campanha para que se estabeleça um registro global de quem são os beneficiários últimos dessas empresas "opacas", de tal forma que se possa evitar que sejam utilizadas para evadir impostos, cometer fraudes, subornar, ou para outras práticas ilegais.

A proposta é de internacionalização da operação Lava Jato. Como se daria isso?

É um caso que transcende as fronteiras do Brasil. Estamos fazendo uma primeira averiguação entre os escritórios da Transparência Internacionais nos países da região e há conexões com o caso Lava Jato em pelo menos sete países, onde as construtoras brasileiras estão trabalhando. Então, há vários níveis em que a internacionalização pode se dar. Um deles já está funcionando, que é o intercâmbio de informações e a assistência legal mútua. Nesse caso, o Brasil pode ser um ator passivo, quando lhe pedem o compartilhamento de informações, ou pode ser um agente ativo, quando pede informações a outros países como Suíça, Estados Unidos e outros. Outro nível pode ser o de investigação conjunta, sobre o qual, apesar de não haver antecedentes, há possibilidades

de concretização, porque a maioria dos países vinculados a esse caso são subscritores da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção. Outro nível de internacionalização da operação é para se aprender as lições que vêm do caso, com eventos em torno da Lava Jato. Por último, nós, da Transparência Internacional, estamos implementando no país um centro de acumulação e processamento de informações para produzir as lições que se desprendam deste e de outros casos de corrupção e que possam ser compartilhadas com outros países.

O que o senhor acha das propostas de lei anticorrupção que criaram força com a Lava Jato?

Conheço os projetos vinculados às Dez Medidas Contra a Corrupção. Parece-me que é urgente que o Congresso brasileiro atenda a esses pedidos, já que os que os estão pleiteando são procuradores especializados, se eles estão pedindo, evidentemente é porque estão encontrando esse vazio que impede um trabalho mais eficaz. Há dificuldades que legalizam a impunidade, como, por exemplo, não haver um delito de enriquecimento ilícito, como há em todos os países ao redor do Brasil, ou que não haja um sistema de proteção a informantes ou que as penas sejam muito baixas e aplicadas a poucos. Parece-me que corresponde ao Congresso não adiar isso mais do que já foi adiado. Pelo que entendi, já houve bastante tempo perdido, porque as medidas começaram a circular há um ano e meio.

LIBERDADE DE IMPRENSA

Ugaz condena ações de juízes contra jornalistas

● Durante a passagem por Curitiba, o presidente da Transparência Internacional, José Carlos Ugaz, também fez uma visita de cortesia à redação da **Gazeta do Povo**. Ele prestou apoio aos jornalistas que estão sendo alvos de mais de 40 processos em todo o Paraná por terem divulgado informações sobre a remuneração de juízes e promotores do estado. Para Ugaz, a abertura de ações em série demonstra "clara hostilização". "O direito à liberdade de expressão é um direito fundamental, constitucionalmente reconhecido. Além disso, a prática nos tem demonstrado que, com uma imprensa livre e investigadora, se reduzem as opções de corrupção." Para ele, na reportagem publicada em fevereiro pela **Gazeta**, não houve ilegalidade na divulgação das informações, que são públicas, mas sim um questionamento do sistema "em geral".

28 JUN 2016

GAZETA DO POVO

● LAVA JATO

Gleisi reaparece no Senado e diz que não vai baixar a cabeça



Gleisi recebeu flores no retorno ao Senado após a prisão do marido, Paulo Bernardo.

● A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) cumpriu a promessa e voltou ao Senado, depois da prisão do marido, o ex-ministro Paulo Bernardo, na quinta-feira (23), na Operação Custo Brasil, desdobramento da 18.ª fase da Lava Jato.

Ao chegar, Gleisi ganhou um buquê de um grupo chamado de Rosas pela Democracia. “Não vamos abaixar a cabeça”, disse Gleisi, ao ser cercada pelo grupo.

Na tribuna do Senado, a parlamentar criticou a ação em sua residência e defendeu o marido. Gleisi chamou a ação de “operação-espetáculo” e disse que o episódio teve o objetivo de “constranger”. Ela classificou o aparato utilizado pela Polícia Federal de “surreal” e disse estar “serena e humilde, mas não humilhada”.

A senadora disse, ainda, que Paulo Bernardo não cometeu nada irregular, não se beneficiou de qualquer esquema. Repetiu o argumento de que a prisão foi para

“humilhar” um ex-ministro dos governos Lula e Dilma Rousseff e para desgastá-la como defensora da presidente afastada.

“A operação montada foi surreal. Até helicópteros foram usados. Para quê isso? Demonstração de força? Humilhação? Gasto do dinheiro público desnecessário, é isso. Foi uma clara tentativa de humi-

lhar o ex-ministro dos governos Lula e Dilma. E é também uma tentativa de abalar emocionalmente o trabalho de um grupo crescente de senadores e senadoras que discordam dos argumentos que vêm sendo usados para afastar a presidente legitimamente eleita”, disse Gleisi.

Ela recebeu apertes de apoio e foi aplaudida no final.

“Nem em pesadelos pensei que estaria aqui, na tribuna, para defender meu marido de uma prisão. Uma prisão injusta, ilegal, sem fatos, sem provas, sem processo.”

Gleisi Hoffmann (PT-PR), senadora.

ADVOGADO

O advogado Guilherme Gonçalves, que trabalhou para o ex-ministro Paulo Bernardo e em duas campanhas da mulher dele, a senadora Gleisi, negou em depoimento ontem que tenha beneficiado o petista com pagamentos que recebeu da empresa de tecnologia Consist, que mantinha contratos com o Ministério do Planejamento. Gonçalves, um dos alvos da Operação Custo Brasil, disse que efetivamente prestou serviços à Consist, que era sua cliente.

28 JUN 2016

GAZETA DO POVO

Taxistas protestam e pedem apoio até ao juiz Sergio Moro

♥ Taxistas e motoristas do Uber participaram de um ato ontem de manhã, em Curitiba, para pressionar o poder público sobre a regulamentação do aplicativo na cidade. Eles se reuniram em frente da Câmara. Para evitar desentendimentos como os do fim de semana, guardas municipais fizeram um cordão de isolamento. A manifestação dos táxis se estendeu em direção à prefeitura, ao Ministério Público e à Justiça Federal, onde foi pedido o apoio do juiz federal Sergio Moro, responsável pelas ações de primeira instância da Operação Lava Jato. Apesar do encontro entre os motoristas dos dois segmentos, não houve registro de novos confrontos.

JUSTIÇA

Volkswagen deve pagar US\$ 15 bi em processo por fraude em testes

● O valor estimado que a Volkswagen deve pagar no acordo do processo judicial por ter fraudado testes de emissões de poluentes subiu para US\$ 15 bilhões. A informação foi dada pela agência de notícias Bloomberg. Na semana passada, a quantia era estimada em US\$ 10,2 bilhões. O dinheiro será usado para cobrir o valor dos veículos mais indenizações de 482 mil consumidores americanos afetados. A quantia pode se elevar se a Volks descumprir prazos.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ponto de Vista

ROBERTO PARENTONI 28 JUN 2016

O estupro e o Direito

A ocorrência envolvendo uma jovem menor de idade, que foi estuprada por supostamente 33 homens em uma favela do Rio de Janeiro, chamou a atenção da sociedade para este tipo de crime que, indiscutivelmente, é gravíssimo. Tanto que gerou manifestação, especialmente de grupos de mulheres em diferentes partes do País. Aliás, a sociedade tomou conhecimento deste crime absurdo e descabido somente após os marginais publicarem o vídeo da ocorrência nas redes sociais. Ou seja, cometeram mais um crime!

É interessante observar que o estupro em si não foi o que despertou a indignação da sociedade, mas sim o número de estupradores. Afinal, diariamente inúmeras mulheres são estupradas – e algumas mortas – em diferentes cantos do Brasil e não vemos reações semelhantes. A bem da verdade, muitas vezes nem chegamos a saber destas ocorrências, pois muitas mulheres, por medo ou vergonha, não denunciam seus agressores às autoridades.

Não quero discutir aqui se existe ou não a cultura do estupro. O que devemos avaliar é se a lei que existe para coibir este tipo de crime e punir os transgressores é suficiente, se está sendo devidamente cumprida e se é chegado o momento da sociedade rediscutir esta punição. E não só: se as autoridades estão devidamente preparadas para recepcionar as vítimas, que chegam às delegacias com feridas abertas no corpo e na alma.

O estupro, um abuso físico, psicológico e moral, praticado mediante violência real ou presumida, é considerado um crime hediondo e tanto a mulher quanto o homem podem ser sujeitos ativos e passivos, desde que a Lei 12.015/2009 alterou o artigo 213 do Código Penal, substituindo a expressão "mulher" por "alguém". Em alguns trechos, o termo "violência" foi substituído por "conduta", e foram removidos por completo os termos "mulher honesta" e "virgem".

Hoje, a pena no Brasil é de 6 a 10 anos de reclusão para o criminoso, aumentando para 8 a 12 anos, se há lesão corporal da vítima ou se a vítima possui entre 14 a 18 anos de idade; e para 12 a 30 anos, se a conduta resulta em morte.

Mesmo havendo uma lei que criminaliza o estupro, muitas vezes os estupradores saem impunes. Os motivos vão desde a não denúncia por parte da (o) ofendida (o), o menosprezo de policiais (por falta de treinamento e sensibilidade), apesar da criação das Delegacias da Mulher, o longo tempo que levam para denunciar (prejudicando a investigação) e até o conhecido desgaste que ocorre nos processos dessa natureza.

A Lei 12.845/2013 obriga os hospitais do Sistema Único de Saúde a prestar atendimento emergencial às vítimas de violência sexual, incluindo o diagnóstico e tratamento de lesões e a realização de exames para detectar gravidez e doenças sexualmente transmissíveis.

CONTINUA

28 JUN 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

Foi aprovado pelo Senado, no dia 31 de maio de 2016, um projeto de lei que prevê pena mais rigorosa para os crimes de estupro praticados por duas ou mais pessoas. Tal proposta agrava a pena para o crime de estupro e tipifica o crime de estupro coletivo que, atualmente, não é previsto no Código Penal brasileiro. O texto ainda precisará ser analisado pela Câmara dos Deputados.

Por essa proposta aprovada pelo Senado por unanimidade, caso o crime seja cometido por duas ou mais pessoas, a pena será aumentada de um terço a dois terços, o que poderia totalizar até 25 anos de prisão, nos casos de estupro de vulnerável.

Conforme já previsto em lei, a proposta mantém pena de 30 anos de prisão para os casos em que a vítima de estupro morrer. O texto também prevê a criação de um dispositivo no Código Penal para punir, com 2 a 5 anos de prisão, a pessoa que "oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de estupro".

Numa breve conclusão, ressalvo que os debates seguem sempre focados nos efeitos (e em consequência de ocorrências que chocam a sociedade num dado momento) e nunca nas causas da violência (deterioração da família, desigualdade social, educação falida, entre outras). A solução sempre recai sobre o aumento da pena, seu agravamento, mesmo sem a certeza de seu cumprimento ou de que isso coíbe a ação do criminoso. Mais sábio seria podermos contar com a certeza da punição. Diferentemente dos pensamentos dos legisladores, podemos afirmar por nossa experiência na área criminal que os criminosos têm mais medo da certeza da punição que de seu tamanho.

Para reflexão, compartilho o pensamento de Pitágoras: "Educai as crianças e não será preciso punir os homens".

● **Roberto Parentoni**, Advogado Criminalista e presidente do Ibradd – Instituto Brasileiro do Direito de Defesa

28 JUN 2016

BEMPARANÁ

Alep rechaça cortar verba de outros poderes

Proposta que retira quase R\$ 500 mi do TJ, MP, TC e Legislativo deve ser rejeitada

Da Redação

Os deputados estaduais devem rejeitar a proposta do governo Beto Richa que retira quase R\$ 500 milhões do orçamento do Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas, ao excluir as verbas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) da base de cálculo dos repasses para outros poderes. Em reunião com o secretário de Estado da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, ontem, no Palácio Iguacu, os líderes da base governista na Assembleia deixaram claro que não pretendem "comprar essa briga" com o Tribunal de Justiça, o MP e o TCE na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017, que deve acontecer até o próximo dia 15, antes do início do recesso parlamentar de julho.

No Paraná, Legislativo, Judiciário e Ministério Público têm direito a 18,6% do que o Estado arrecada anualmente, distribuídos em 9,5% para o TJ; 4,1% para o MP; e 3,9% para a Assembleia e 1,9% para o Tribunal de Contas. No projeto da LDO para o ano que vem envi-



Romanelli (PSB): emenda para manter FPE

ada ao Legislativo, o governo propôs retirar as verbas do FPE da base de cálculo desses percentuais. Caso ela fosse aprovada, o governo deixaria de ter de repassar cerca de R\$ 459 milhões a esses poderes em 2017. O Judiciário teria o maior prejuízo com a medida, perdendo R\$ 234,4 milhões. O Ministério Público perderia outros R\$ 101,2 milhões; o Legislativo R\$ 76,5 milhões e o TCE, R\$ 46,9 milhões.

O secretário da Fazenda tem defendido a iniciativa com o argumento de que enquanto o Executivo sofre com a falta de recursos para investimentos em áreas essenciais, como saúde e educação, os outros

poderes vivem em "ilhas de prosperidade". Em fevereiro, o governo chegou a deixar de repassar quase R\$ 100 milhões ao Tribunal de Justiça, alegando que o órgão teria cerca de R\$ 700 milhões aplicados no mercado financeiro. O TJ recorreu ao Supremo Tribunal Federal e o Executivo acabou liberando o dinheiro.

Resistência - Diante da "queda de braço", o líder da própria bancada do governo, deputado Luiz Cláudio Romanelli (PSB), avalizou uma emenda ao projeto da LDO para manter as verbas do FPE na base de cálculo dos repasses para os outros poderes. "O Estado tem a obrigação de

pagar o duodécimo para cada um dos que têm constitucionalmente o direito de receber", alega Romanelli. "O nosso posicionamento é pela inclusão do FPE da base de cálculo. Falo isso como parlamentar. Como líder do governo, eu sigo a orientação do governo. Mas como parlamentar, eu apresentei uma emenda para manter", afirmou.

O presidente da Assembleia, deputado Ademar Trainano (PSDB), confirmou a resistência dos parlamentares em relação à proposta do secretário da Fazenda. "Os deputados não têm desejo de fazer qualquer alteração dessa natureza", disse o tucano.

Alep/PR

BOLO

18,6%

é o porcentual da receita do Estado a que têm direito o Judiciário, MP, TCE e Legislativo

BEMPARANÁ

Advogados criminalistas se reúnem em Curitiba

28 JUN 2016

Curitiba sedia, nos dias 30 de junho e 1º de julho, o VII Encontro Brasileiro de Advogados Criminalistas (Ebac), promovido pela Associação Brasileira de Advogados Criminalistas (Abracrim). O evento se torna mais importante ainda porque nos últimos meses a capital paranaense tornou-se o centro das atenções da advocacia criminal brasileira.

A repercussão dos processos contra denunciados na Operação Lava Jato — a maior investigação de casos de corrupção envolvendo empresários e políticos da história do país — fez com que os olhos de todo o país se voltassem para Curitiba, já que a Operação é comandada na cidade.

O Encontro tem como tema central a discussão sobre os rumos da advocacia criminal brasileira. Já na primeira noite do encontro, três palestras magnas tratarão do assunto. O Encontro terá ainda temas atuais e polêmicos, como o princípio da presunção de inocência, a chamada cultura do encarceramento, a mulher na advocacia criminal, o papel da Imprensa, entre outros.

As palestras e mesas redondas do VII EBAC acontecerão no Teatro da PUCPR, em Curitiba.

28 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Advogado de Paulo Bernardo diz que pagou parte de despesas

Guilherme Gonçalves prestou depoimento na PF, onde está preso

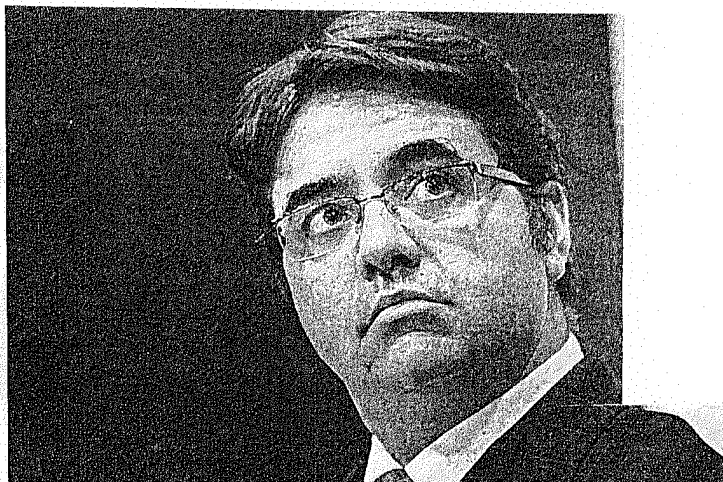
BELA MEGALE
DE SÃO PAULO

O advogado Guilherme Gonçalves, que trabalhou para o ex-ministro Paulo Bernardo e em campanhas da mulher dele, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), negou ter beneficiado o petista com repasses da empresa Consist, mas afirmou que fez pagamentos de despesas ligadas ao petista.

Gonçalves foi um dos alvos da Operação Custo Brasil, que investiga desvios do Ministério do Planejamento iniciados no período em Paulo Bernardo era o chefe da pasta, em 2010. Bernardo foi preso na quinta (23).

Os investigadores pediram a prisão do advogado por ter indícios de que ele recebeu parte dos R\$ 100 milhões de propina oriundos de contratos entre a Consist e a pasta.

Segundo investigadores, o escritório de Gonçalves recebeu R\$ 7 milhões do esquema



Guilherme Gonçalves, que foi ouvido na segunda-feira (27)

entre 2010 e 2015. Há a suspeita de que parte do valor foi repassado ao ex-ministro.

Na audiência de custódia feita nesta segunda (27) para analisar a legalidade da prisão, Gonçalves garantiu que prestou serviços à Consist.

Uma das despesas de Paulo Bernardo que o preso diz ter pago foi um aluguel de R\$ 32 mil em 2010 de um imóvel usado pela campanha de Gleisi Hoffmann ao Senado, na qual atuou como

advogado.

A oitiva aconteceu um dia depois de ele ser preso. Ele foi detido no aeroporto de Guarulhos (SP) ao chegar de uma viagem a Portugal.

O defensor dele, Rodrigo Rios, afirmou que o cliente “nunca foi lobista”.

A defesa do ex-ministro disse que o depoimento “deixa claro que Bernardo não se beneficiou de maneira alguma dos valores que foram recebidos da Consist”.

28 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

CRÍTICA

Jornalista reconta Lava Jato sem esclarecer seus mistérios

RICARDO BALTHAZAR
DE SÃO PAULO

Para quem já perdeu o fio da meada e desistiu de acompanhar o noticiário trepidante da Operação Lava Jato, o livro lançado na semana passada pelo jornalista Vladimir Netto oferece uma boa reconstituição dos primeiros dois anos da investigação.

“Lava Jato” mostra como as autoridades avançaram rápido, começando pelos negócios de uma rede de doleiros, até a descoberta de um vasto esquema de corrupção em que políticos e empreiteiras se uniram para desviar recursos da Petrobras e de outras estatais.

Repórter da TV Globo que participa da cobertura do caso desde o início, Netto recheia a narrativa com detalhes saborosos que ajudam a manter o interesse do leitor.

Ele descreve de forma eletrizante cada operação policial, mostra a tensão do dia em que os agentes entraram na casa do empresário Marcelo Odebrecht para prendê-lo e flagra o deputado Eduardo Cunha tentando esconder um celular no bolso enquanto a polícia vasculhava sua casa.

Mas o livro não traz novidade para quem continua seguindo a história nos jornais ou na TV. Quem estiver em busca de respostas para os muitos mistérios que os investigadores ainda não esclareceram ficará decepcionado.

Netto não esconde sua admiração pelo juiz Sergio Moro, que conduz os processos da Lava Jato em Curitiba, e pelos procuradores e policiais federais que estão na linha de frente da investigação.

Moro exibe “rigor e coragem” ao conduzir o caso “com maestria”, diz o jornalista, que o descreve no livro como integrante de uma geração “que trabalha com afinco em busca de resultados”.

O ministro Teori Zavascki, responsável pelos inquéritos no STF (Supremo Tribunal Federal), é apresentado como um ser infalível: “Busca sempre a razão, pesa prós e contras e estuda os detalhes de cada processo para tomar decisões bem fundamentadas”.

Há várias razões para aplaudir as autoridades da Lava Jato, mas o jeito como o livro as enaltece apaga fatores históricos e institucionais que contribuíram para o êxito da

operação, como se tudo fosse resultado só das virtudes de pessoas como Moro e Teori.

Além disso, há omissões difíceis de entender. Contradições entre delatores sobre episódios obscuros, como o que associa o ex-ministro Antônio Palocci ao desvio de dinheiro sujo para a campanha de Dilma Rousseff em 2010, foram desprezadas pelo livro.

Netto ignora contribuições que a **Folha** e o jornal “O Globo” fizeram para ligar Eduardo Cunha a requerimentos usados para intimidar um lobbista. O livro dá a entender que tudo nesse caso foi descoberto pelos procuradores.

Também fica sem explicação convincente a decisão de Moro de divulgar as gravações das conversas que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve com Dilma e outros aliados em março, e que Netto reconhece ter sido “a mais polêmica de suas decisões”.

Com a Lava Jato ainda longe do fim, talvez seja cedo para cobrar respostas para essas dúvidas. Ou talvez o jeito seja esperar pela minissérie que a Netflix encomendou ao cineasta José Padilha, que comprou os direitos do livro. A estreia está prevista para 2017.

LAVA JATO

AUTOR Vladimir Netto

EDITORA Primeira Pessoa

QUANTO R\$ 39,90 (416 págs.)

AValiação Regular ●

28 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria foi contra repasses em leniência

Em 2008, decisão atacou envio de recursos obtidos em acordos para órgãos do Judiciário

DANIELA LIMA
DE BRASÍLIA

O CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) já considerou inadequada a destinação de recursos obtidos em acordos judiciais a órgãos vinculados ao Judiciário e ao Ministério Público.

Como revelou a **Folha** no domingo (26), a força-tarefa da Lava Jato incluiu cláusula em todos os acordos de leniência destinando até 20% das multas a serem pagas por empresas que confessaram crimes aos órgãos da investigação.

Decisão de 2008, relatada pelo hoje vice-procurador-geral da República, Nicolao Dino, considerou que a destinação de recursos originados por acordos judiciais a órgãos de persecução pode configurar uma afronta à “impessoalidade” e “gerar dúvidas” sobre a atuação dos investigadores.

Ao explicar sua posição, Dino afirma que o fato de os “responsáveis” pela imposição da penalidade “figurarem como seus beneficiários, ainda que indiretos, pode gerar dúvidas quanto à imparcialidade da resposta jurisdicional e quanto aos fins buscados pela transação realizada”.

Na ocasião, o conselho analisava o caso de um promotor que estabelecera que parte dos recursos obtidos em seus casos deveriam ser destinados a órgãos que auxiliavam o Judiciário, ao Ministério Público e às polícias de Minas.

O parecer de Dino, hoje um dos braços-direitos do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, atacou a prática.

A destinação de parte da multa nos acordos de leniência e até de dinheiro recuperado pelas delações premiadas é defendida por integrantes da força-tarefa como forma de reforçar o aparelhamento dos órgãos de investigação.

DEFESA

Em e-mail enviado à **Folha** na sexta (24), o procurador regional federal Carlos Fernando Lima defendeu a cláusula incluída pela força-tarefa. Segundo ele, a legitimidade da iniciativa está expressa na Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro. Ele defende a interpretação dada à norma e diz que é preciso “insistir” para fazer valer essa disposição.

28 JUN 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Juiz mantém prisão de Paulo Bernardo e demais investigados

Ex-ministro foi preso na última quinta-feira acusado de desvios

A audiência de custódia do advogado Guilherme de Salles Gonçalves, que foi preso na Operação Custo Brasil, durou exatamente uma hora. Gonçalves, que estava em Portugal e chegou domingo (26) ao Brasil, foi ouvido pelo

juiz federal Paulo Bueno de Azevedo, da 6ª Vara Federal Criminal, em São Paulo. A audiência teve início por volta das 14h30.

Gonçalves e o ex-tesoureiro do PT Paulo Ferreira, que se entregou na última sexta-feira (24),

eram os únicos que não tinham sido presos durante a Operação Custo Brasil na quinta-feira (23), quando foi deflagrada a ação, que apura um esquema de desvio de verbas no sistema de gestão do crédito consignado

no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Após a audiência de custódia de Gonçalves, o último a ser ouvido nesta segunda-feira, o juiz decidiu manter presos todas as pessoas que foram detidas na operação. ●

De volta ao ringue

Quatro dias após a prisão do marido, o ex-ministro Paulo Bernardo, a senadora paranaense Gleisi Hoffmann (PT) reapareceu ontem no Senado para defendê-lo e criticar a operação da Polícia Federal que o prendeu na última quinta-feira, em seu apartamento funcional em Brasília. Ela classificou a prisão de "injusta, ilegal, sem fatos, sem provas e sem processo", com o objetivo de humilhar a sua família. "Nem em pesadelos eu teria sido capaz de supor que estaria aqui, nesta tribuna, pra defender meu marido de uma prisão", declarou. Gleisi disse que a prisão foi um "despropósito", pois Bernardo não apresentava risco de fuga e se colocou à disposição da Justiça diversas vezes para esclarecer os fatos.

BEMPARANÁ



Espetáculo

A petista acusou a PF de cometer excessos com o intuito de "espetacularizar" o processo. Segundo ela, a Justiça atua de maneira seletiva e promove "carnavais midiáticos contra alguns políticos". "A operação montada para a busca e apreensão em nossa casa e para a prisão do Paulo foi surreal. Até helicópteros foram usados, força policial armada, muitos carros. Para que isso, chamar atenção? Demonstração de força? Humilhação? Gasto de dinheiro público desnecessário, é isso. Foi uma clara tentativa de humilhar um ex-ministro nos governos Lula e Dilma", avaliou Gleisi.

Perdão

Gleisi voltou a afirmar que o patrimônio da família foi conquistado de maneira lícita, e que o marido nunca cometeu irregularidades. Segundo ela, os imóveis que possuem "são confortáveis, mas não luxuosos". "Conheço o Paulo há muitos anos. Sei de suas virtudes e de seus defeitos. Sei especialmente o que não faria. E não faria uso de dinheiro alheio para benefício próprio. Não admitiria desvios de recursos públicos para sua satisfação ou da família. Tenho certeza de que não participou ou se beneficiou de um esquema. Ele sabe que eu nunca o perdoaria", afirmou.

28 JUN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

"APÊ" DA GLEISI

O ministro do STF, Celso de Mello, pediu que o juiz da 6ª Vara Federal de São Paulo, responsável pela Operação Custo Brasil, envie informações sobre a ação no apartamento da senadora Gleisi Hoffmann. Na Operação Custo Brasil, o marido da senadora, o ex-ministro do Planejamento Paulo Bernardo, foi preso no apartamento funcional da parlamentar, em Brasília. Na petição enviada ao STF, a advocacia do Senado sustentou que o juízo da 6ª Vara Federal de São Paulo não poderia determinar o cumprimento dos mandados na residência, por se tratar de uma extensão das dependências do Senado, cuja atribuição seria da Corte Suprema.

NA DEFESA

Gleisi usou a tribuna do plenário do Senado ontem para defender o seu marido. A parlamentar criticou novamente a operação da Polícia Federal, que prendeu preventivamente Bernardo e realizou buscas no seu apartamento funcional em Brasília. Para Gleisi, a prisão de Bernardo foi "injusta, ilegal, sem fatos, sem provas e sem processo", com o objetivo de humilhar a sua família. "Nem em pesadelos eu teria sido capaz de supor que estaria aqui, nesta tribuna, pra defender meu marido de uma prisão", declarou.

SE ENTREGOU

O advogado paranaense Guilherme Gonçalves, último procurado da Operação Custo Brasil, se entregou anteontem à Polícia Federal em São Paulo. Apontado pelas investigações como repassador de propinas do esquema envolvendo a empresa de informática Consist ao ex-ministro Paulo Bernardo, Gonçalves chegou ontem de Lisboa no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos. O advogado estava sob monitoramento da polícia portuguesa desde quinta-feira, dia da operação.

INDENIZAÇÃO

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) terá que indenizar uma professora temporária que foi demitida grávida. A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) manteve, na última semana, a decisão de primeiro grau que condenou a instituição a pagar à autora valor equivalente a cinco meses de salário.

Fábio Campana – 27/6/2016

Presidente do TJ recebe Rosângela Moro



O Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, recebeu a visita da Advogada Rosângela Moro (esposa do Juiz Sérgio Moro), do Dr. Guilherme Reis, do estado do Espírito Santo e da Dra. Sandra Comodoro.

Na oportunidade o Presidente transmitiu através da Dra. Rosângela o convite ao Juiz Moro para que profira uma palestra aos Magistrados e servidores do TJPR.

28 JUN 2016

GAZETA DO POVO

Ao custo de R\$ 500 mil por mês, TJ-PR discute criação de mais uma Câmara Cível

Número de desembargadores subiria para 125 no Paraná; OAB contesta medida, defendendo mais investimento na primeira instância

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) discute a possibilidade de criar mais uma Câmara Cível. O assunto foi apresentado na reunião desta segunda-feira (27) do Órgão Especial – colegiado formado por 25 magistrados –, mas a decisão foi adiada para depois do dia 11 de julho, para ser realizada em conjunto com a discussão sobre o próprio tamanho do Órgão Especial. O argumento para a criação de mais uma estrutura para o julgamento de recursos é a sobrecarga de processos na 11.^a e na 12.^a Câmaras Cíveis, que analisaram, cada uma, mais de 8 mil ações no ano passado.

CONTINUA

28 JUN 2016

CONTINUAÇÃO

GAZETA DO POVO **Órgão Especial: mudança no TJ** **pode deixar em menos mãos os** **juízos mais importantes**

A subseção Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) contestou a intenção de criar a câmara, alegando que é preciso destinar os recursos do tribunal para suprir as carências da primeira instância – uma vez que faltam juízes e estrutura nas comarcas do interior.

O presidente do TJ-PR, Paulo Vasconcelos, afirma que aumentar o número de câmaras cíveis – atualmente são 18 – é uma proposta antiga, já inclusive autorizada em lei. Segundo ele, a intenção é dar vazão ao grande número de processos. Instituir uma nova câmara implicaria a criação de mais cinco vagas de desembargador – hoje são 120 no tribunal – e também custos adicionais para a contratação de assessores e demais funcionários. A estimativa é de que o custo mensal ficaria em R\$ 500 mil – aproximadamente R\$ 6 milhões ao ano.

CONTINUA

28 JUN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Em reunião com representantes e o presidente da OAB-PR, José Augusto Araújo de Noronha, na manhã desta segunda, Vasconcelos¹ se comprometeu a resolver tanto questões de primeira quanto de segunda instância. Ele conta que foi informado, durante a reunião, que faltavam juízes para as comarcas de Catanduva, Curiúva e Palmital e que pediu a nomeação imediata de magistrados para essas cidades.

CONTINUA

28 JUN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

**Redução do Órgão Especial do TJ-PR
será discutida no dia 11 de julho**

Está marcado para a sessão do Pleno – com todos os 120 desembargadores – no dia 11 de julho, o debate sobre a possibilidade de redução no número de integrantes do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná – colegiado atualmente formado por 25 magistrados e que toma algumas das decisões mais importantes do Judiciário paranaense. Em sessão na tarde desta segunda-feira, os desembargadores foram informados sobre a reunião e resolveram adiar a proposta de criação de mais uma Câmara Cível, com o argumento de que as situações estão entrelaçadas e que é preciso decidir primeiramente sobre a composição do Órgão Especial.

CONTINUA

28 JUN 2016

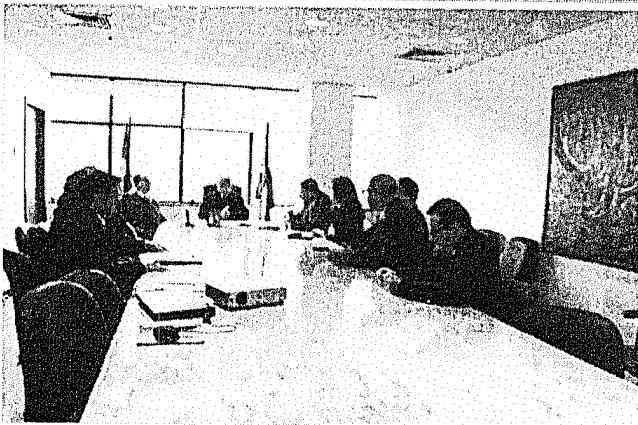
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

A discussão sobre a redução do colegiado foi possível graças à aprovação de uma emenda constitucional pela Assembleia Legislativa, em abril. A mudança da legislação estabelece que a formação do Órgão Especial pode variar entre 11 a 25 desembargadores. É o colegiado que decide, entre outros atributos, a abertura de ações criminais contra prefeitos, secretários e deputados estaduais. O presidente, o 1.º vice-presidente e o corregedor-geral ocupam obrigatoriamente assentos no órgão. O presidente só vota em matérias constitucionais ou referentes à administração do TJ-PR. A Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) se posicionou contrária à possibilidade de redução de integrantes no Órgão Especial.

**OAB leva ao TJ apelo pela
melhoria de prestação
jurisdicional no 1º grau**

Publicado 27 de junho de 2016



**Confira alguns exemplos de
carências verificadas em comarcas
do Paraná:**

**Demandas mostram a urgência de
investimentos no primeiro grau.**

- Araucária: criação e instalação da Vara da Fazenda Pública ou designação de juiz substituto exclusivo para a 1ª Vara Cível; falta material de expediente;
- Bandeirantes: criação e instalação da Vara do Juizado Cível;
- Cianorte: criação e instalação da 2ª Vara Criminal;

CONTINUA

- Curiúva: faltam servidores, acumulam-se 10 mil processos;
- Guarapuava: criação e instalação da 3ª Vara Criminal;
- Marechal Cândido Rondon: criação da 2ª Vara Cível e 2ª Vara Criminal e designação dos respectivos juízes;
- Telêmaco Borba: faltam servidores, Fórum Cível e Criminal tem goteiras, internet é lenta.

Em reunião com o desembargador Paulo Vasconcelos, presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), a direção da OAB Paraná defendeu na manhã desta segunda-feira (27/6) a prioridade da corte para a melhoria da prestação jurisdicional no primeiro grau. Participaram do encontro o presidente da seccional, José Augusto Araújo de Noronha; a secretária-geral, Marilena Winter; o secretário-geral adjunto, Alexandre Quadros; o tesoureiro Fabiano Baracat e o assessor da presidência, Ricardo Navarro.

CONTINUA

Para o desembargador, o primeiro grau está bem atendido. Tanto que, na tarde de hoje, ele submeterá ao Órgão Especial a proposta de instalação de uma nova câmara recursal, para desafogar o aumento de demanda na 11ª e 12ª Câmaras. Segundo dados do TJ o número de processos nessas duas câmaras subiu 78% entre 2010 e 2015. “Faço isso para atender aos advogados, estou agindo como administrador e não como político. Localizo os pontos críticos e procuro eliminá-los”, afirmou Vasconcelos. Aprovada, a nova Câmara representará, de acordo com informações do TJ-PR, um custo mensal de R\$ 500 mil mensais, o que totaliza R\$ 6 milhões ao ano.

Contraponto

Noronha relatou ao presidente do TJ a unânime visão da advocacia de que os problemas efetivos encontram-se no primeiro grau, para onde deveriam ser direcionados os investimentos. A demanda foi discutida em maio no

colégio de presidente das subseções paranaenses da OAB, formado por 47 integrantes. “Antes disso, em março, encaminhamos um ofício para saber qual o número de funcionários de cada vara, de modo a termos um quadro geral. Reconheço o TJ, como citou o desembargador, como um dos tribunais que mais funcionam no Brasil. Até por isso, considero que é a situação do primeiro grau que merece prioridade”, destacou.

Mencionando situações reportadas por advogados, Noronha listou a lentidão recorrente por falta de servidores, a falta de varas, a falta de juízes e a inadequação de infra-estrutura, como na Vara da Fazenda Pública, em Curitiba, que funciona em espaço exíguo. Destacou também a situação de comarcas com grande acúmulo de processos, como é o caso de Curiúva, onde na semana passada advogados fizeram uma manifestação reivindicando a melhora da prestação

CONTINUAÇÃO

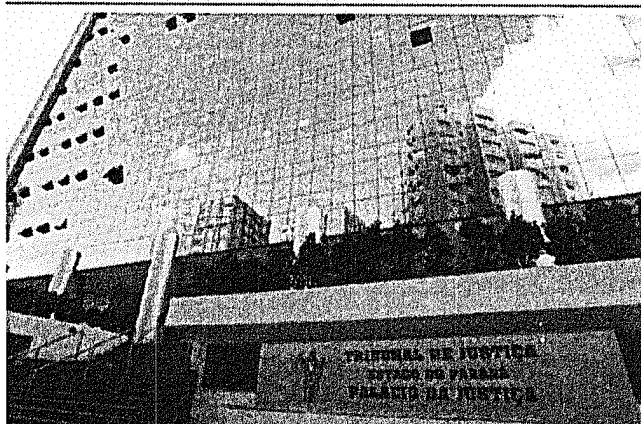
OAB

28 JUN 2016

jurisdicional. “Tem audiência de primeiro grau sendo marcada para daqui a um ano e meio”, exemplificou. Para sensibilizar o presidente do TJ, a direção da OAB Paraná lembrou ainda que na maioria das câmaras os processos correm no prazo devido. “Realmente não vejo a necessidade de mais uma Câmara nem justificativa para essa despesa extra com recursos que tantas melhorias poderiam trazer ao primeiro grau”, ressaltou Noronha.

A pedido da OAB, TJ-PR adia decisão de instalar nova Câmara Cível

Publicado 27 de junho de 2016



O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) retirou de pauta a proposta de instalação de uma nova Câmara Cível. A decisão foi elogiada pela OAB Paraná, pois na manhã desta segunda-feira (27) a diretoria da Seccional foi ao Tribunal de Justiça, a convite do desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, e defendeu a melhoria da prestação jurisdicional no primeiro grau. A posição da Ordem é contrária à instalação da Câmara Cível neste momento, pois há muitas

CONTINUA

CONTINUAÇÃO **OAB** **28 JUN 2016**

deficiências no primeiro grau, principalmente de servidores.

Na oportunidade, o presidente José Augusto Araújo de Noronha agradeceu a deferência da diretoria do Tribunal de Justiça em ouvir a advocacia, mas relatou a posição unânime dos advogados de que problemas efetivos se encontram no primeiro grau, para onde deveriam ser direcionados os investimentos. “Fomos ao presidente, ouvimos as argumentações do tribunal e apresentamos as nossas razões. A OAB do Paraná se posiciona de forma contrária à criação de qualquer nova estrutura recursal sem que se possa equalizar todos os problemas que temos no primeiro grau”, afirmou. A previsão é que a criação de uma nova Câmara Cível geraria um gasto anual de R\$ 7 milhões, o que na opinião de Noronha deveriam ser aplicados integralmente na melhoria da primeira instância. A proposta de criação da nova câmara foi submetida ao Órgão Especial no

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

OAB

28 JUN 2016

início da tarde pelo presidente do TJ, com o objetivo de desafogar a demanda na 11^a e 12^a Câmaras. O Órgão Especial decidiu aguardar a decisão da próxima sessão ordinária, agendada para o dia 11 de julho.

A diretoria da OAB pretende criar uma comissão para tratar do assunto e apresentar os dados que foram apresentados pelos 47 presidentes de subseções quanto às demandas no interior do estado e na capital.